

16. PROCESSO RELATIVO A RESPOSTAS SOCIOEDUCATIVAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DA REDE PÚBLICA – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA E REFEIÇÕES– ACORDOS DE COLABORAÇÃO:

Da **Srª Vereadora da Educação** submetendo processo mencionado em epígrafe - minutas dos acordos de colaboração no âmbito do fornecimento de refeições escolares e das atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar, a celebrar entre o Município de Braga, os agrupamentos de escolas e entidades parceiras (executoras), nos moldes das minutas que se anexam e no quadro também em anexo.

Às 10h30m

19/02/2019 I/19628 /2019



PROPOSTA A EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: RESPOSTAS SOCIOEDUCATIVAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DA REDE PÚBLICA – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF) E REFEIÇÕES | ACORDOS DE COLABORAÇÃO

Considerando:

- I)-A responsabilidade do Estado no fornecimento de refeições escolares às crianças do pré-escolar e alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico é da responsabilidade dos municípios, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março e do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho e da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pelos diplomas subsequentes;
- II) Que o Decreto-Lei n.º 21/2019, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;
- III) Que uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias e entidades locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações.
- IV) Que no âmbito da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, podem ser oferecidas Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as necessidades das famílias;

- V) A necessidade de garantir equidade para todas as famílias cujos educandos frequentem os estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Braga;
- VI) Que a transferência das competências relativas à Educação, nomeadamente nas áreas das refeições escolares e atividades de animação e apoio à família, se encontra regulada em diplomas específicos, que são a sua legislação habilitante, considera-se que os modelos de colaboração e parceria entre autarquias locais (Câmaras municipais e juntas de freguesia), agrupamentos de escolas, associações de pais e IPSS, dispensa a sua aprovação pela Assembleia Municipal (artigo 33.º, n.º 1, alínea hh)), contrariamente ao que sucede nos contratos interadministrativos que se regem pela Lei n.º 75/2013.

Foram revistos os acordos de colaboração no âmbito do fornecimento de refeições escolares para as crianças da educação pré-escolar (EPE) e alunos do 1º ciclo do ensino básico (CEB), assim como para o desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) para as crianças do EPE, tendo como pressupostos:

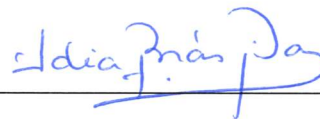
- a) o envolvimento e responsabilização dos Agrupamentos de Escolas na supervisão dos serviços que decorrem no espaço da escola, conforme prevê a Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto;
- b) a apresentação de relatórios por parte das entidades executoras ao Município e Agrupamento de Escolas, com o objetivo de avaliar e melhorar as respostas que são desenvolvidas;
- c) a assunção das responsabilidades do Município de Braga, garantindo:
 - i. suporte financeiro adequado às entidades executoras para que possam executar com qualidade as tarefas assumidas;
 - ii. equidade nos encargos para as famílias, independentemente do estabelecimento de educação e ensino frequentado;
 - iii. que as comparticipações pagas pelas famílias cumprem com o definido legalmente e que se verifica o pressuposto do aumento gradual das mesmas em função dos rendimentos económicos destas, suportando o Município os encargos dos agregados familiares mais carenciados;

- iv. o acompanhamento e monitorização dos serviços prestados, atento às especificidades de cada estabelecimento.

Face ao exposto, propõe-se a submissão ao Executivo Municipal das minutas dos Acordos de Colaboração no âmbito do **Fornecimento de Refeições Escolares** e das **Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar**, a celebrar entre o Município de Braga, os agrupamentos de escolas e entidades parceiras (executoras) nos moldes exarados nas minutas que se anexam e no quadro apenso à presente informação.

Município de Braga, 24 de julho de 2019

A Vereadora da Educação



Lídia Brás Dias, (Dr.^a)

ANEXO I

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
Alberto Sampaio	Freguesia de Esporões	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE da EB de Esporões o Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Esporões
	União de Freguesias de Arcos e Lomar	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE da EB de Arcos o Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Arcos o Refeições para 1º CEB da EB de Lomar
	União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE da EB de Fraião o Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Fraião o AAAF para EPE da EB n.º 1 de Nogueira o Refeições para EPE e 1º CEB da EB n.º 1 de Nogueira o AAAF para EPE do JI do Monte, Nogueira
	União de Freguesias de Morreira e Trandeiras	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE do JI do Carvalho, Trandeiras o Refeições para EPE do JI do Carvalho, Trandeiras o Refeições para 1º CEB da EB de Trandeiras
André Soares	Associação de Pais do Carandá	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para 1º CEB da EB do Carandá
	Associação de Pais do Fujacal	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para 1º CEB da EB do Fujacal
	Associação de Pais de S. Lázaro	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para 1º CEB da EB de S. Lázaro
	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE da EB de Ponte Pedrinha o Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Ponte Pedrinha
	União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE da EB do Fujacal o Refeições para EPE da EB do Fujacal o AAAF para EPE da EB de S. Lázaro o Refeições para EPE da EB de S. Lázaro
Braga Oeste	Junta de Freguesia de Sequeira	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE da EB de Sequeira o Refeições para EPE e 1º CEB da EB da Sequeira
	União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE no JI de Cabreiros o Refeições para EPE no JI de Cabreiros o Refeições para 1º CEB na EB de Cabreiros
Carlos Amarante	Junta de Freguesia de Espinho	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE na EB de Espinho o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Espinho
	Junta de Freguesia de Gualtar	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE no JI de Gualtar o Refeições para EPE no JI de Gualtar o Refeições para 1º CEB na EB n.º 1 de Gualtar
	Junta de Freguesia de Pedralva	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE na EB de Pedralva o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Pedralva
	Junta de Freguesia de Sobreposta	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE na EB de Sobreposta o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Sobreposta

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
	União de Freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE na EB de Este S. Mamede o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Este S. Mamede o AAAF para EPE no JI de Este S. Pedro o Refeições para EPE no JI de Este S. Pedro o Refeições para 1º CEB na EB de Este S. Pedro
Celeirós	Junta de Freguesia de Figueiredo	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE na EB de Figueiredo o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Figueiredo
	Junta de Freguesia de Lamas	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE no JI de Lamas o Refeições para EPE no JI de Lamas
	União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE da EB da Cruz o Refeições para EPE e 1º Ciclo na EB da Cruz o AAAF para EPE da EB de Garapôa o Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB da Garapôa
	União de Freguesias de Escudeiros e Penso Sto. Estevão e S. Vicente	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE na EB de Escudeiros o Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Escudeiros
	União de Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE na EB de Guisande o Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Guisande
D. Maria II	Associação de Pais de Santa Tecla	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para o 1º ciclo na EB de Santa Tecla
	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para o 1º ciclo na EB Bairro Económico o AAAF para a EPE na EB n. º2 de Lameações o Refeições para a EPE e 1º ciclo de na EB n. º2 de Lameações o Refeições para o 1º ciclo na EB de S. João do Souto
	União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lameações	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para a EPE no JI de Cangosta, Lameações o Refeições para a EPE no JI de Cangosta, Lameações
	União de Freguesias de Nogueiró e Tenões	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para a EPE na EB de Tenões o Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Tenões o AAAF para a EPE na EB de Nogueiró o Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Nogueiró

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
	União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João de Souto	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para a EPE no JI de Bracara Augusta o Refeições para a EPE no JI de Bracara Augusta
Dr. Francisco Sanches	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para o 1º CEB na EB Bairro da Alegria o Refeições para o 1º CEB na EB da Enguardas o Refeições para o 1º CEB na EB S. Victor
	Junta de Freguesia de S. Vicente	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para o 1º CEB na EB Bairro da Misericórdia o AAAP para a EPE na EB Quinta da Veiga o Refeições para EPE e 1º CEB na EB Quinta da Veiga o AAAP para EPE no JI Quinta das Fontes o Refeições para EPE no JI Quinta das Fontes
	Junta de Freguesia de S. Victor	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE na EB Bairro da Alegria o Refeições para EPE na EB Bairro da Alegria o AAAP para EPE na EB das Enguardas o Refeições para EPE na EB das Enguardas
Maximinos	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE na EB de Maximinos o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Maximinos o AAAP para EPE na EB da Naia o Refeições para EPE e 1º CEB na EB da Naia
	União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE na EB da Estrada o Refeições para EPE e 1º CEB na EB da Estrada o Refeições para 1º CEB na EB da Gandra o AAAP para EPE na EB de Gondizalves o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Gondizalves
Mosteiro e Cávado	Associação Cultural e Social de Merelim S. Pedro	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE na EB de Merelim S. Pedro o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Merelim S. Pedro
	Junta de Freguesia de Mire Tibães	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para 1º CEB na EB do Carrascal o AAAP para EPE no JI de Ruães o Refeições para EPE no JI de Ruães
	Junta de Freguesia de Padim da Graça	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para 1º CEB na EB de Padim da Graça o AAAP para EPE no JI de Padim da Graça o Refeições para EPE no JI de Padim da Graça
	União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada Tibães	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE na EB de Merelim S. Paio o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Merelim S. Paio o Refeições para 1º CEB na EB de Panoias o AAAP para EPE no JI Panoias o Refeições para EPE no JI de Panoias



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
Real	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB da Sé○ AAAF para EPE no JI de Parada Tibães○ Refeições para EPE no JI de Parada Tibães○ AAAF para EPE no JI de Quinta das Hortas○ Refeições para EPE no JI de Quinta das Hortas
	União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB de Frossos○ AAAF para EPE no JI de Frossos○ Refeições para EPE no JI de Frossos
	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB das Parretas○ Refeições para 1º CEB na EB de Real○ AAAF para EPE na EB S. Frutuoso○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB S. Frutuoso
Sá de Miranda	Junta de Freguesia de Adaúfe	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB de Eira Velha○ AAAF para EPE na EB de Presa○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Presa○ AAAF para EPE no JI de Adaúfe○ Refeições para EPE no JI de Adaúfe
	Junta de Freguesia de Palmeira	<ul style="list-style-type: none">○ AAAF para EPE na EB Bracara Augusta○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB Bracara Augusta○ AAAF para EPE na EB do Coucinheiro○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB do Coucinheiro○ Refeições para 1º CEB na EB da Ortigueira
	União de Freguesias de Crespos e Pousada	<ul style="list-style-type: none">○ AAAF para EPE na EB de Crespos○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Crespos○ AAAF para EPE na EB de Pousada○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Pousada
	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe	<ul style="list-style-type: none">○ AAAF para EPE na EB de Dume○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Dume
	União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	<ul style="list-style-type: none">○ AAAF para EPE no JI de Pomares, Sta. Lucrécia○ Refeições para EPE no JI de Pomares, Sta. Lucrécia
Trigal Santa Maria	Associação de Pais de Tadim	<ul style="list-style-type: none">○ AAAF para EPE na EB de Estação○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Estação
	Junta de Freguesia de Priscos	<ul style="list-style-type: none">○ AAAF para EPE no JI de Priscos○ Refeições para EPE no JI de Priscos
	Junta de Freguesia de Ruílhe	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB de Ruílhe

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
	Junta de Freguesia de Tebosa	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE na EB de Tebosa o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Tebosa
	União de Freguesias de Arentim e Cunha	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE na EB de Arentim o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Arentim o AAAF para EPE no JI de Cunha o Refeições para EPE no JI de Cunha
	União de Freguesias de Ceilirós, Aveleda e Vimieiro	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para a EPE na EB de Aveleda o Refeições para EPE e 1º ciclo na EB de Aveleda o AAAF para EPE no JI de Vimieiro o Refeições no JI de Vimieiro
	União de Freguesias de Vilaça e Fradelos	<ul style="list-style-type: none"> o AAAF para EPE na EB de Fradelos o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Fradelos o AAAF para EPE no JI de Vilaça o Refeições para EPE no JI de Vilaça
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian	Conservatório Calouste Gulbenkian	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para 1º CEB da Escola Artística do Conservatório

Abreviaturas:

AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família

CEB - Ciclo de Ensino Básico

EB - Escola Básica

EPE - Educação Pré-Escolar

JI - Jardim de Infância

ANEXO II

ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES

ENTRE

O MUNICÍPIO DE BRAGA, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado “Entidade Promotora”,

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS _____, com o número de identificação de pessoa coletiva _____, com sede _____, no presente ato representado pelo(a) Diretor(a) _____, adiante designado por “Agrupamento”,

E

A _____, com pessoa coletiva n.º _____, com sede na _____, no presente ato representado pelo seu Presidente, _____, adiante designada “Entidade Executora”.

Considerando que: _____

1. A responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da ação social escolar, designadamente, no fornecimento de refeições escolares às crianças do pré-escolar e alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, é partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho;
2. Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais e entidades, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;

3. A prática seguida pelo Município tem vindo a demonstrar que determinadas competências ficam melhor acauteladas se delegadas nas entidades locais, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades, com garantia de maior racionalização dos recursos;

4. Por força do disposto na alínea I) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, a Câmara Municipal de Braga preparou com o Agrupamento de Escolas _____ e com a _____ o presente acordo.

Entre os representados dos outorgantes é celebrado o presente acordo de colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes e cuja minuta foi aprovada pela Câmara Municipal em reunião de _____.

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente acordo tem por objeto a definição das condições do fornecimento de refeições escolares às crianças e/ou alunos da Escola Básica _____.

Cláusula 2ª

Obrigações do Município de Braga

No âmbito do presente acordo, a Entidade Promotora obriga-se a:

- a) Exercer controlo direto da gestão do fornecimento de refeições escolares;
- b) Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares;
- c) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente acordo;
- d) Fornecer equipamentos e materiais, como por exemplo, mobiliário e palamenta para o correto funcionamento do serviço;
- e) Fornecer à Entidade Executora uma lista nominal com identificação do nome e número de contribuinte das crianças e respetivo escalão de auxílios económicos, morada e identificação do encarregado de educação (nome e contacto), com a seguinte finalidade:

- identificação dos valores que a Entidade Executora poderá cobrar a cada um dos encarregados de educação;
- faturação dos valores devidos aos encarregados de educação;
- comunicação com os encarregados de educação das crianças no âmbito exclusivo do desenvolvimento das tarefas inerentes ao fornecimento das refeições.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Agrupamento de Escolas

No âmbito do presente acordo de delegação de competências, o Agrupamento obriga-se a acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares, reportando ao Município e à Freguesia qualquer anomalia detetada.

Cláusula 4.ª

Obrigações da Entidade Executora

1. No âmbito do presente acordo, a Entidade Executora fica obrigada a:

a) Fornecer diariamente e durante o ano letivo de 2019/2020, refeições a:

a. _____ crianças da educação pré-escolar e _____ alunos do 1º ciclo da Escola Básica _____;

b) Servir e acompanhar as refeições no horário compreendido entre as 12h00 e as 14h00;

c) Inserir na Plataforma SIGA as presenças no serviço de refeições, de acordo com as orientações da Divisão de Educação, e até ao 5º dia útil do mês subsequente;

d) Utilizar os dados pessoais das crianças e encarregados de educação apenas para os fins relacionados com o desenvolvimento das tarefas inerentes ao fornecimento das refeições;

e) Criar, no tratamento que fará dos dados, mecanismos que permitam, quase imediatamente, proceder à eliminação dos mesmos nos termos do solicitado pelo titular dos dados. Quando a eliminação ocorrer, o responsável pelo tratamento deve garantir não só a eliminação de todos os dados e respetivas ligações para esses dados

(situação que se coloca sobretudo quando os dados são públicos, por exemplo no caso das redes sociais), mas também as respetivas cópias ou reproduções dos dados;

f) Cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que for aplicável.

2. A prestação deve ser executada em conformidade com todas as cláusulas contratuais e demais legislação aplicável designadamente no que se refere aos princípios e normas gerais da legislação alimentar, às regras de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios e às normas relativas à implementação do HACCP, de acordo com o previsto no Regulamento (CE) nº 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril e Regulamento (CE) nº 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro.

3. Na composição da refeição deverão ser observadas as regras de uma alimentação saudável, equilibrada e variada, de acordo com a Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013.

4. O fornecimento está sujeito a operações de verificação quantitativa, qualitativa e de distribuição.

5. O transporte das refeições será da responsabilidade da Entidade Executora e deverá ser efetuado a expensas da mesma, nas melhores condições de higiene e segurança e de acordo com a lei em vigor, garantindo a salubridade dos produtos a transportar.

6. É da responsabilidade da Entidade Executora a reparação dos danos e prejuízos eventualmente causados, em caso de intoxicação alimentar.

7. O pessoal afeto ao refeitório é responsável pelo cumprimento das regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade e deve apresentar-se fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável.

Cláusula 5.ª

Recursos financeiros

1. A Entidade Promotora compromete-se a efetuar o pagamento das refeições fornecidas aos alunos protocolados, no valor unitário de refeição de €2,90 (dois euros e noventa cêntimos) para alunos abrangidos pelo escalão A, €2,17 (dois euros e dezassete cêntimos) para os alunos do escalão B e €1,44 (um euro e quarenta quatro cêntimos) para os restantes alunos, de acordo com a informação inserida na Plataforma SIGA.

2. A Entidade Executora compromete-se a cobrar €1,46 (um euro e quarenta e seis cêntimos) por cada refeição servida aos alunos que não se encontram abrangidos pela ação social escolar e €0,73 aos alunos abrangidos pelo escalão B, conforme o n.º 3, do artigo 4º do Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto. Os alunos com escalão A usufruem de refeição gratuita.

3. A comparticipação financeira do Município será efetuada no mês seguinte a que se reporta o mesmo, procedendo-se aos acertos devidos nos pagamentos de fevereiro e junho/julho.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

O período de vigência do acordo de colaboração coincide com o ano letivo 2019/2020, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 13ª e 14ª.

Cláusula 7.ª

Execução e Avaliação do Acordo

Para uma articulação permanente podem, os representantes indicados pelas partes, reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 8.ª

Ocorrências e emergências

A Entidade Executora e o Agrupamento devem comunicar à Entidade Promotora, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente acordo.

Cláusula 9.ª

Verificação do cumprimento do objeto do acordo

1. A Entidade Promotora pode verificar o cumprimento do objeto do acordo pela Entidade Executora, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2. As determinações da Entidade Promotora emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do acordo são imediatamente aplicáveis e vinculam a Entidade Executora, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 10.ª

Modificação do acordo

1. O presente acordo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do acordo obedece a forma escrita.

Cláusula 11.ª

Suspensão do acordo

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente acordo pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

Cláusula 12.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo, as partes outorgantes podem resolver o presente acordo quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 13.ª

Revogação

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente acordo de colaboração, com antecedência mínima de 60 dias.
2. A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção a remeter aos demais outorgantes.

Cláusula 14.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do acordo, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do acordo deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 15.ª

Entrada em vigor

O presente acordo entra em vigor no 1º dia útil do mês de setembro.

Cláusula 16.ª

Publicidade

Os outorgantes deverão publicitar, devidamente, este acordo, nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

Cláusula 17.ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este acordo encontra-se cabimentada em orçamento.

Braga, _____ de _____ de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O(A) Diretor(a) do Agrupamento de Escolas,

()

O(A) _____,

()

ANEXO III

ACORDO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

ENTRE

O MUNICÍPIO DE BRAGA, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado “Entidade Promotora”,

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS _____, com o número de identificação de pessoa coletiva _____, com sede em _____, no presente ato representado pelo Diretor, _____, adiante designado por “Agrupamento”,

E

A _____, com pessoa coletiva n.º _____, com sede em _____, no presente ato representado pela _____, _____, adiante designada “Entidade Executora”.

Considerando que:

1. O objetivo consagrado na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, aprovada pela Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, é o de que a educação pré-escolar constitui a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário;
2. No âmbito da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, publicado na 2ª Série do Diário da República nº 164, de 24 de agosto, podem ser oferecidas Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as necessidades das famílias;
3. O Município de Braga, reconhecendo a situação de precariedade de diversas famílias carenciadas, pretende intervir de forma a assegurar condições iguais a todas as crianças da educação pré-escolar da rede pública do concelho de Braga;

4. O papel determinante e insubstituível que o Município de Braga e os Agrupamentos de Escolas têm vindo a desempenhar na construção de um processo educativo capaz de corresponder aos anseios da comunidade;
5. Em face das necessidades manifestadas pelas famílias, se mostra imprescindível dar uma resposta social adequada proporcionando a todas as crianças atividades de animação e assegurando o seu acompanhamento antes e ou depois do período diário de atividades educativas e ou durante o período de interrupção das mesmas;
6. Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais e outras entidades locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;
7. A prática seguida pelo Município tem vindo a demonstrar que determinadas competências ficam melhor acauteladas se delegadas em entidades locais, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades, com garantia de maior racionalização dos recursos;
9. Por força do disposto na alínea I) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 a Câmara Municipal de Braga preparou, com o Agrupamento de Escolas _____ e a _____, o presente acordo de colaboração.

Entre os representados dos outorgantes é celebrado o presente acordo de colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes e cuja minuta foi aprovada pela Câmara Municipal em reunião de _____.

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente acordo tem por objeto a definição das condições de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) às crianças da educação pré-escolar da _____.
2. Estão abrangidas pelo presente protocolo todas as crianças inscritas no estabelecimento de educação pré-escolar mencionados no número anterior, desde que procedam à sua prévia inscrição.

Cláusula 2.ª

Obrigações do Município de Braga

1. São competências da Entidade Promotora:

- a) Colaborar com os parceiros do presente protocolo na coordenação das AAAF;
- b) Ceder as instalações dos estabelecimentos de educação identificados na cláusula anterior para as AAAF, assim como mobiliário e outro equipamento necessário ao funcionamento do mesmo;
- c) Monitorizar o desenvolvimento das AAAF, podendo para o efeito efetuar inquéritos de avaliação e controlo, visitas ao local onde decorrem as atividades, bem como solicitar as informações ou os esclarecimentos que entenda necessários;
- d) Atribuir um subsídio anual no valor de _____ € (_____), para apoiar a execução das AAAF, incluindo interrupções das atividades;

2. A comparticipação financeira do Município será efetuada no mês seguinte a que se reporta o mesmo, procedendo-se aos acertos devidos nos pagamentos de fevereiro e junho/julho.

3. A transferência de verbas fica dependente do cumprimento da obrigação constante da alínea d) da cláusula 4ª, sendo que no caso da última transferência é também necessária a entrega do relatório financeiro.

4. Fornecer à Entidade Executora uma lista nominal com identificação do nome e número de contribuinte das crianças e respetivo escalão de auxílios económicos, morada e identificação do encarregado de educação (nome e contacto), com a seguinte finalidade:

- identificação dos valores que a Entidade Executora poderá cobrar a cada um dos encarregados de educação;
- faturação dos valores devidos aos encarregados de educação;
- comunicação com os encarregados de educação das crianças no âmbito exclusivo do desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família.

Cláusula 3ª

Obrigações do Agrupamento de Escolas

1- Sem prejuízo das mencionadas na Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, constituem obrigações do Agrupamento:

- a) Proceder ao levantamento do número de crianças que pretendem frequentar as AAAF, no ato de inscrição no jardim-de-infância;

b) Validar, na plataforma SIGA, a listagem com a identificação dos alunos a frequentar as AAAP nos estabelecimentos de ensino identificados na cláusula 1ª, mensalmente até ao 5º dia útil do mês seguinte, por escola:

- i. alunos por escalão A, B e C ou outro da Ação Social Escolar;
- ii. alunos com necessidades especiais.

c) Acionar, nos termos da lei, o seguro escolar, fazendo-o funcionar durante o período em que decorrem as AAAP;

d) Informar a Entidade Executora da tipologia de atividades não cobertas pelo seguro escolar;

e) Comunicar à Entidade Promotora e à Entidade Executora qualquer modificação nos horários ou outra alteração que influencie de alguma maneira o funcionamento das AAAP, com a antecedência de 5 dias úteis;

f) Cooperar com a Entidade Promotora sempre que esta assim o solicitar, no âmbito do disposto na alínea c) do n.º 1 da cláusula 2ª;

g) Enviar o Plano de Atividades à Entidade Promotora e à Entidade Executora, após aprovação em Conselho Pedagógico, até ao dia 31 de dezembro de 2019;

h) Indicar à Entidade Promotora e à Entidade Executora o nome do docente responsável pela supervisão e acompanhamento geral das AAAP;

i) Remeter à Entidade Promotora a ata das reuniões de avaliação das AAAP e/ou outros elementos decorrentes da monitorização das atividades.

Cláusula 4ª

Obrigações da Entidade Executora

Constituem obrigações da Entidade Executora:

a) Assegurar as AAAP todos os dias úteis, inclusive nas interrupções das atividades nos estabelecimentos que permaneçam em funcionamento;

b) Respeitar as regras de segurança nos espaços onde se desenvolvem as AAAP, de acordo com o previsto na lei aplicável;

c) Disponibilizar os recursos humanos necessários ao funcionamento das AAAP;

d) Remeter mensalmente ao Agrupamento e Município os dados previstos na alínea b) da Cláusula 3ª ou submeter os mesmos na Plataforma SIGA;

e) Cobrar às famílias uma participação financeira por criança, cujo valor máximo não poderá exceder o previsto no Anexo I;

- f) Zelar os espaços utilizados para o desenvolvimento das AAAF, incluindo a limpeza dos mesmos;
- g) Informar por escrito a Entidade Promotora e o Agrupamento de qualquer facto ou ocorrência que possa constituir alteração ou extinção do funcionamento das AAAF;
- h) Efetuar seguro de acidentes pessoais para atividades não cobertas pelo seguro escolar;
- i) Cooperar com a Entidade Promotora sempre que esta assim o solicitar, no âmbito do disposto na alínea c) do n.º 1 da cláusula 2ª;
- j) Colaborar com o educador titular na organização e planificação das atividades a desenvolver no âmbito do presente protocolo, não podendo desenvolver atividades sem a prévia aprovação do Agrupamento;
- k) Participar na reunião dirigida aos pais e encarregados de educação, para apresentar os planos de atividades e os recursos humanos afetos;
- l) Manter a confidencialidade dos dados facultados pelo Agrupamento e/ou Entidade Promotora relativos às crianças;
- m) Remeter à Entidade Promotora, com conhecimento ao Agrupamento de Escolas:
- O regulamento das atividades, incluindo o preçário, até ao final de dezembro de 2019;
 - O mapa de recursos humanos afetos às AAAF, até ao final de dezembro de 2019;
 - O(s) respetivo(s) comprovativo(s) do reforço da contratação de monitores;
 - O relatório de atividades no final de cada período letivo;
 - o relatório final de avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do presente Acordo, incluindo o relatório financeiro, até 15 de agosto de 2019
- n) Divulgar pelos meios adequados que as AAAF decorrem ao abrigo do presente acordo, atribuindo sempre idêntico destaque a todas as entidades intervenientes e incluindo, obrigatoriamente o logotipo do Município de Braga e do Agrupamento de Escolas.
- o) Utilizar os dados pessoais das crianças e encarregados de educação apenas para os fins relacionados com as o desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família.
- p) Criar, no tratamento que fará dos dados, mecanismos que permitam, quase imediatamente, proceder à eliminação dos mesmos nos termos do solicitado pelo titular dos dados. Quando a eliminação ocorrer, o responsável pelo tratamento deve garantir não só a eliminação de todos os dados e respetivas ligações para esses dados (situação que se coloca sobretudo quando os

dados são públicos, por exemplo no caso das redes sociais), mas também as respetivas cópias ou reproduções dos dados.

q) Cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que for aplicável.

Cláusula 5ª

Comparticipação financeira das famílias

1. Constitui obrigação dos pais e encarregados de educação proceder ao pagamento atempado das mensalidades.
2. Em caso de incumprimento, o Agrupamento e a Entidade Executora poderão condicionar o acesso das crianças às atividades.
3. Entende-se por incumprimento o não pagamento de duas mensalidades consecutivas.
4. Em caso algum deverão ser cobrados às famílias valores relativos a inscrição.
5. Os valores máximos a cargo das famílias cujas crianças usufruam das AAAF são os fixados, de acordo com o escalão ASE, no anexo I do presente acordo.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

O período de vigência do acordo de delegação de competências é de 1 de setembro de 2019 a 31 de julho de 2020, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 14ª e 15ª.

Cláusula 7.ª

Execução e Avaliação do Acordo

Para uma articulação permanente entre Entidade Promotora, o Agrupamento e a Entidade Executora, no âmbito da execução deste acordo, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 8.ª

Ocorrências e emergências

A Entidade Executora e/ou o Agrupamento deve comunicar à Entidade Promotora, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente acordo.

Cláusula 9.ª

Verificação do cumprimento do objeto

1. A Entidade Promotora pode verificar o cumprimento do objeto do acordo pela Entidade Executora, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.
2. As determinações da Entidade Promotora emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse acordo são imediatamente aplicáveis e vinculam a Entidade Executora, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 10.ª

Modificação do acordo

1. O presente acordo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que fundamentaram o estabelecimento do presente ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do acordo obedece a forma escrita.

Cláusula 11.ª

Suspensão do acordo

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente acordo pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do acordo, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

Cláusula 12.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo, as partes outorgantes podem resolver o presente acordo quando se verificar:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 13.ª

Revogação

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente acordo, com a antecedência mínima de 60 dias.
2. A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção a remeter aos demais outorgantes.

Cláusula 14.ª

Comunicações e notificações

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.

Cláusula 15.ª

Entrada em vigor

O presente acordo entra em vigor no primeiro dia útil do mês de setembro de dois mil e dezoito.

Cláusula 16.ª

Publicidade

Os outorgantes deverão publicitar, devidamente, este acordo, nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

Cláusula 17.ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este acordo encontra-se cabimentada em orçamento.

Braga, _____ de _____ de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Diretor,

(_____)

O Presidente,

(_____)

ANEXO III - A

CÁLCULO DAS VERBAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EXECUTORA

Regras de comparticipação:

- a) Comparticipação do Município de Braga

30,99€ / criança / mês

- b) Apoio do Município de Braga para o acompanhamento a crianças com necessidades especiais

100€ /mês / criança *

* Quando existam crianças com necessidades especiais a frequentar as AAAF, e tendo por base a avaliação do agrupamento de escolas face à necessidade de um acompanhamento individualizado, o Município de Braga atribui um apoio adicional, destinado ao reforço da contratação de monitores.

Deverá ser remetido ao Município, o respetivo comprovativo do reforço da contratação de monitores, sob pena da não atribuição da comparticipação.

- c) Comparticipações Familiares e complemento aos valores assumidos pelas Famílias

ESCALÃO ASE DA CRIANÇA	COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES	COMPLEMENTO ASSUMIDO PELO MUNICÍPIO DE BRAGA
Escalão 1	gratuito	30,00€
Escalão 2	10,00€	20,00€
Escalão 3	20,00€	10,00€
Outros	30,00€	0,00€